



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Divisão de Licitações

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO

90002/2026

CONTRATANTE (UASG)

(530102)

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS PERMANENTES DIVERSOS E MOBILIÁRIOS

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R \$ 3.189.666,98 (TRÊS MILHÕES, CENTO E OITENTA E NOVE MIL SEISCENTOS E SESENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 30/03/2026 ÀS 10H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM E POR GRUPO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

[1. DO OBJETO](#)

[2. DO REGISTRO DE PREÇOS](#)

[3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)

[4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)

[5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)

[6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)

[7. DA FASE DE JULGAMENTO](#)

[8. DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)

[9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS](#)

[10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA](#)

[11. DOS RECURSOS](#)

[12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

(Processo Administrativo nº 018.00013181/2025-48)

Torna-se público que o(a) ESTADO DE SÃO PAULO , por meio da SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, sediada na Avenida Rangel Pestana, nº 300, 14º e 16º andares, Sé , São Paulo, CEP 01017-91, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subseqüentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS PERMANENTES DIVERSOS E MOBILIÁRIOS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens e grupos, formados por um ou mais itens conforme definido no no Anexo I do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente licitação destina-se ao registro de preços por itens e lotes, podendo resultar na celebração de Ata de Registro de Preços com fornecedores distintos para cada item ou lote adjudicado. As regras relativas ao gerenciamento da Ata e às eventuais adesões encontram-se disciplinadas na minuta de Ata de Registro de Preços, Anexo deste Edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 29, 31, 32, 44, 45, 49, 50, 51, 62, 63, 64 e grupos 04, 05, 07 e 08 a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado

contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.2. Para os grupos 08, 15, 17, 21, 26, 30, 46 e grupos 01, 02, 03, 06 a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no art. 5º da [Lei nº 12.690, de 2012](#).

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o *preço*, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do](#)

[art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item.

5.1.2. Marca.

5.1.3. Modelo.

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Nesta licitação para registro de preços, o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente

público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição](#) Federal, e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser conforme tabela abaixo:

Eletrodomésticos de apoio (itens)								
ITEM	Especificação	Código Siafisico	Código Compras	Unidade de fornecimento	Requisição mínima a ser contratada	Requisição máxima a ser contratada	Valor unitário estimado	Intervalo mínimo entre lances ¹
1	Aspirador de pó	6314198	440202	Unidade	1	7	R\$ 1.050,00	R\$ 10,50
2	Cafeteira automática 1,2 L	6239242	434113	Unidade	2	14	R\$ 699,00	R\$ 6,99
3	Fogão elétrico (cooktop)	6363814	346416	Unidade	1	7	R\$ 2.299,00	R\$ 22,99
4	Forno elétrico de embutir	6250700	617234	Unidade	1	3	R\$ 1.902,21	R\$ 19,03
5	Forno micro-ondas	5852447	446165	Unidade	3	15	R\$ 819,99	R\$ 8,20
6	Refrigerador doméstico	5123291	304516	Unidade	1	10	R\$ 3.707,50	R\$ 37,08

Equipamentos de apoio administrativo (itens)								
ITEM	Especificação	Código Siafisico	Código Compras	Unidade de fornecimento	Requisição mínima a ser contratada	Requisição máxima a ser contratada	Valor unitário estimado	Intervalo mínimo entre lances ¹
7	Amplificador de som	6451470	391297	Unidade	1	4	R\$ 1.344,42	R\$ 13,44
8	Fragmentadora	5985757	466668	Unidade	1	10	R\$ 10.025,89	R\$ 100,26

9	CD Player de mesa	6122027	602543	Unidade	1	3	R\$ 5.649,90	R\$ 56,50
10	Gravador de fita k7	6417337	295679	Unidade	1	3	R\$ 5.428,36	R\$ 54,28
11	Receiver	6403450	258430	Unidade	1	3	R\$ 5.493,00	R\$ 54,93
12	Toca discos	6403360	237959	Unidade	1	3	R\$ 4.678,20	R\$ 46,78
13	Quadro de planejamento anual	5588421	389949	Unidade	1	4	R\$ 1.345,43	R\$ 13,45
14	Televisão 60"	6049850	480903	Unidade	1	10	R\$ 3.205,43	R\$ 32,05
15	Televisão 98"	6282032	615212	Unidade	1	3	R\$ 31.776,55	R\$ 317,77
16	Conjunto de microfone sem fio auricular e lapela	6201920	610412	Unidade	1	5	R\$ 910,00	R\$ 9,10
17	Projektor de imagens	6537448	613277	Unidade	1	7	R\$ 11.860,00	R\$ 118,60
18	Tela de projeção	6174426	301663	Unidade	1	7	R\$ 2.098,99	R\$ 20,99
19	Conjunto de som ambiente	5718465	614523	Unidade	1	4	R\$ 1.800,00	R\$ 18,00
20	Caneta indicador e apresentador de slides	6072615	447661	Unidade	1	6	R\$ 130,48	R\$ 1,30

Mobiliário corporativo (itens e grupos)									
ITEM /GRUPO		Especificação	Código Siafísico	Código Compras	Unidade de fornecimento	Requisição mínima a ser contratada	Requisição máxima a ser contratada	Valor unitário estimado	Intervalo mínimo entre lances ¹
ITEM	21	Apoio de pé	4030796	326126	Unidade	10	800	R\$ 132,50	R\$ 1,33
GRUPO 1	22	Aparador	6489877	621482	Unidade	1	9	R\$ 616,00	R\$ 6,16
	23	Gaveteiro volante	6451284	612658	Unidade	5	80	R\$ 707,00	R\$ 7,07
	24	Armário alto	6451187	629865	Unidade	5	15	R\$ 1.200,00	R\$ 12,00
	25	Armário baixo	6451179	611266	Unidade	5	70	R\$ 720,00	R\$ 7,20
ITEM	26	Cadeira giratória p/ usuários até 180 kg	5415594	612399	Unidade	2	40	R\$ 2.710,00	R\$ 27,10
GRUPO 2	27	Cadeira giratória	6014941	623640	Unidade	5	170	R\$ 1.180,00	R\$ 11,80
	28	Cadeira giratória tela	6431925	484080	Unidade	2	25	R\$ 1.690,00	R\$ 16,90
ITEM	29	Cadeira fixa	6393918	484112	Unidade	5	200	R\$ 307,00	R\$ 3,07
ITEM	30	Estante de aço	5363764	601268	Unidade	10	400	R\$ 510,00	R\$ 5,10
ITEM	31	Longarina	5440254	630803	Unidade	5	90	R\$ 700,00	R\$ 7,00
ITEM	32	Mesa para cadeirante	5648866	612558	Unidade	1	4	R\$ 3.330,00	R\$ 33,30
	33	Mesa reta	5572746	631951	Unidade	1	10	R\$ 1.198,00	R\$ 11,98
	34	Mesa reta	6431704	625232	Unidade	1	8	R\$ 1.556,38	R\$ 15,56
	35	Mesa de centro	5125022	603573	Unidade	1	7	R\$ 498,88	R\$ 4,99
	36	Mesa de reunião oval	6450903	437104	Unidade	1	7	R\$ 1.200,00	R\$ 12,00

GRUPO 3	37	Mesa de reunião redonda	6450920	611831	Unidade	1	15	R\$ 844,00	R\$ 8,44
	38	Mesa de reunião retangular	6122094	631951	Unidade	1	6	R\$ 1.600,00	R\$ 16,00
	39	Mesa em "L" 1,20	6238793	460955	Unidade	2	40	R\$ 1.411,49	R\$ 14,11
	40	Mesa em "L" 1,40	6517374	613255	Unidade	2	90	R\$ 1.500,00	R\$ 15,00
	41	Mesa em "L" 2,00	5572711	631951	Unidade	2	10	R\$ 1.600,00	R\$ 16,00
GRUPO 4	42	Poltrona	6470890	621484	Unidade	1	12	R\$ 734,89	R\$ 7,35
	43	Sofá	6450164	627152	Unidade	1	7	R\$ 1.350,00	R\$ 13,50

Equipamentos médicos e de triagem (itens e grupo)									
ITEM /GRUPO		Especificação	Código Sifísico	Código Compras	Unidade de fornecimento	Requisição mínima a ser contratada	Requisição máxima a ser contratada	Valor unitário estimado	Intervalo mínimo entre lances ¹
ITEM	44	Biombo hospitalar	2061740	405841	Unidade	1	7	R\$ 1.069,00	R\$ 10,69
ITEM	45	Cadeira oftalmológica	5677831	405850	Unidade	1	4	R\$ 16.838,83	R\$ 168,39
ITEM	46	Lâmpada de fenda	5073979	394467	Unidade	1	4	R\$ 21.900,00	R\$ 219,00
GRUPO 5	47	Mocho com encosto	6233635	427290	Unidade	1	4	R\$ 735,00	R\$ 7,35
	48	Mocho sem encosto	5948312	415993	Unidade	1	4	R\$ 420,00	R\$ 4,20
ITEM	49	Otoscópio	4458249	337174	Unidade	1	7	R\$ 867,99	R\$ 8,68
ITEM	50	Sistema para teste de acuidade visual	5791456	394473	Unidade	1	4	R\$ 4.574,62	R\$ 45,75
ITEM	51	Lente de volk	6150535	623492	Unidade	1	4	R\$ 2.470,00	R\$ 24,70

Climatização e ventilação (itens e grupos)									
ITEM /GRUPO		Especificação	Código Sifísico	Código Compras	Unidade de fornecimento	Requisição mínima a ser contratada	Requisição máxima a ser contratada	Valor unitário estimado	Intervalo mínimo entre lances ¹
GRUPO 6	52	Ar-condicionado 12.000 BTU/h	6484972	605368	Unidade	2	22	R\$ 9.292,00	R\$ 92,92
	53	Ar-condicionado 18.000 BTU/h	6163939	458222	Unidade	1	10	R\$ 11.299,00	R\$ 112,99
	54	Ar-condicionado 24.000 BTU/h	6163955	605381	Unidade	2	10	R\$ 12.170,68	R\$ 121,71
	55	Ar-condicionado 30.000 BTU/h	6068847	458221	Unidade	2	25	R\$ 19.658,50	R\$ 196,59
	56	Ar-condicionado 40.000 BTU/h	6075720	603722	Unidade	2	15	R\$ 19.999,00	R\$ 199,99
ITEM	57	Ar-condicionado portátil	5519551	407629	Unidade	1	5	R\$ 2.962,50	R\$ 29,63
ITEM	58	Exaustor	5257514	367657	Unidade	2	9	R\$ 339,45	R\$ 3,39
ITEM	59	Ventilador de coluna	6072038	470674	Unidade	1	10	R\$ 323,00	R\$ 3,23

Logística e movimentação (grupo)									
----------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

GRUPO		Especificação	Código Siasfísico	Código Compras	Unidade de fornecimento	Requisição mínima a ser contratada	Requisição máxima a ser contratada	Valor unitário estimado	Intervalo mínimo entre lances ¹
GRUPO 7	60	Carro de transporte de documento	5047633	211215	Unidade	1	7	R\$ 1.800,00	R\$ 18,00
	61	Carro de transporte plataforma fechado em tela	6447937	373828	Unidade	1	4	R\$ 2.399,00	R\$ 23,99

¹Os valores de intervalo mínimo entre lances foram calculados em relação a aproximadamente 1% (um por cento) do valor unitário estimado.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto na subdivisão acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata a subdivisão anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas nas duas subdivisões anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006 \[ESP33\]](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Neste certame para registro de preços, tratando-se de licitação por grupo de itens:

6.20.1.1. serão observados como critério de aceitabilidade de preços unitários máximos conforme item 1.1. deste edital

6.20.2. Nesta licitação para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, tamanho de lote ou qualquer outro motivo

6.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

(<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.12. Considerando a exigência de apresentação de CATÁLOGO/MANUAL na documentação que integra este Edital como Anexo I – Termo de Referência, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta .

7.12.1. Quando existir site oficial do fabricante que demonstre ficha técnica do item cotado, com a referida marca e modelo, fica à licitante, em detrimento da apresentação do catálogo, facultada informar o respectivo link apresentada exclusivamente por meio eletrônico, através da opção “Anexo” no sistema Compras.gov.br

7.12.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.12.3. Se não houver entrega do CATÁLOGO/MANUAL sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver informações técnicas fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.12.3.1. Se o CATÁLOGO/MANUAL apresentado pelo primeiro classificado não for aceito, o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação do CATÁLOGO/MANUAL e, assim, sucessivamente, até a verificação de um que atenda às especificações constantes no subitem 4.13 do Termo de Referência, documento que integra este Edital como Anexo I.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I - Termo de Referência deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. À licitante interessada em participar deste processo licitatório recomenda-se vistoriar o local onde serão executados os serviços referentes aos itens 52 a 61, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h, mediante prévio agendamento de horário junto a Divisão de Licitações – DL, através do e-mail: licitacoes.sgc@sp.gov.br e telefone (11) 3117-2074.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.1.2. A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea "a" da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A fase de apresentação de CATÁLOGO/MANUAL e a habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva serão efetuadas quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou o cancelamento parcial do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 9 da Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:

- a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
 - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico: licitacoes.sgc@sp.gov.br

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
 - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
 - 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 12.1.5.4. deixar de apresentar CATÁLOGO OU MANUAL, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou
 - 12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar CATÁLOGO OU MANUAL em desacordo com as especificações do Edital.
 - 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
 - 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ;
 - 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

- (1) Multa Moratória de 0,5 % (cinco décimo por cento) a 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (2) Multa Moratória de 0,5 % (cinco décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- (3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 0,5 % (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;
- (4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 0,5 % (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;
- (5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 0,5 % (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;
- (6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 0,5 % (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;
- (7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 0,5 % (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;
- (8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 0,5 % (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.
- 12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.21. Tratando-se de licitação para registro de preços:
- 12.21.1. Será da competência do órgão gerenciador, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- 12.21.2. Será da competência do respectivo órgão, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- 12.21.3. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão gerenciador as ocorrências descritas na subdivisão anterior.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte endereço eletrônico: licitacoes.sgc@sp.gov.br.
- 13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.
- 13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas por meio do Portal Compras Gov (aba - impugnações e esclarecimentos): sistema compras.gov, e enviadas pelo sistema para o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
- 13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.
- 13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Site Oficial da Secretaria de Gestão e Governo Digital: sggd.sp.gov.br/sggd, em menu/aba: Transparência/Editais/Licitações/Licitações em Andamento.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I do TR - Especificações dos itens;

14.15.1.2. Anexo II do TR - Modelo de Proposta de preços;

14.15.1.3. Anexo III do TR - Declaração de realização de vistoria técnica;

14.15.1.4. Anexo IV do TR - Declaração de não realização de vistoria técnica;

14.15.1.5. Anexo V do TR - Autorização de fornecimento.

14.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.15.3. ANEXO III – Minuta Modelo Pedido de Esclarecimento;

14.15.4. ANEXO IV – Minuta Modelo Pedido de Impugnação;

14.15.5. ANEXO V – Minuta Ata de Registro de Preços

14.15.6. ANEXO VI – Minuta Modelo de Declaração

São Paulo, na data da assinatura digital

assinado digitalmente

DANIELLE REIS QUEIROGA DE FRANÇA
Coordenadora de Licitações e Contratos
Diretoria de Administração
Subsecretaria de Gestão Corporativa



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Reis Queiroga de França, Coordenadora**, em 17/03/2026, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0094302291** e o código CRC **821B69AF**.

ESP-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Referência 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	530102-ESP-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO	VITOR NASCIMENTO DA SILVA	13/03/2026 14:03 (v 0.4)
Status			
RASCUNHO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	88/2026	018.00013181/2025-48

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição por **REGISTRO DE PREÇOS** de **mobiliários e materiais permanentes diversos**, destinados ao atendimento das unidades da Secretaria de Gestão e Governo Digital – SGGD, de acordo com as especificações técnicas, condições de fornecimento, quantidades conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

1.1.1. A tabela com os itens desta contratação está disponível no **Anexo I** deste Termo de Referência.

1.1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.3. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação, **para os itens 52 a 56**, é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. Para os demais itens, não haverá prestação de serviços, sendo assim, não haverá formalização de contrato, sendo a nota de empenho o instrumento substitutivo equivalente.

1.5. O instrumento substitutivo de contrato (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 39467292000102-0-000001/2026, 39467292000102-0-000004/2026 e 39467292000102-0-000005/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 10/09/2025 e 29/01/2026;

III) Identificador da Futura Contratação: 530102-88/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos técnicos e operacionais mínimos:

4.1. Todos os itens deverão ser novos, em perfeito estado de funcionamento e atender às especificações descritas neste Termo de Referência, especialmente quanto às dimensões, funcionalidades e padrões de desempenho.

4.2. Os equipamentos eletrônicos devem possuir selo de eficiência Procel categoria "A", quando aplicável, e certificação do Inmetro conforme normas vigentes.

4.3. Os mobiliários devem atender às normas ABNT e, sempre que aplicável, aos requisitos da NR-17 (ergonomia), conforme portaria MTB nº 3.214/1978 e alterações posteriores.

Padrões de qualidade de desempenho mínimos:

4.4. Os produtos deverão ser fornecidos com manual em língua portuguesa.

4.5. Os fornecedores deverão assegurar a entrega com transporte adequado, preservando a integridade dos itens.

4.6. Os itens como cadeiras giratórias e mesas ajustáveis deverão permitir adequações às necessidades ergonômicas dos usuários.

4.7. Normas técnicas e legais aplicáveis Lei Federal nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos.

4.8. Normas ABNT específicas para mobiliários, equipamentos elétricos e eletroeletrônicos.

4.9. Regulamento do Inmetro, como a portaria nº 148/2022 e atualizações.

4.10. Portaria Inmetro nº 497/2021.

4.11. Normas de acessibilidade e ergonomia para mobiliário e equipamentos de uso administrativo. .

Garantia da contratação

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 seguintes da Lei nº 14.133 /2021, uma vez que a exigência poderá acrescentar custos ao valor final previsto, e que sua ausência não implicará prejuízo ao erário, avalia-se como dispensável a necessidade de caução ou modalidade similar.

Da exigência de catálogo(s)

4.13. Apresentação de CATÁLOGO ou MANUAL para aferição de qualidade e compatibilidade com as especificações solicitadas pela SGGD. Caso o produto já tenha sido utilizado e aprovado pela SGGD em fornecimentos anteriores e atenda às especificações e padrão de qualidade exigidos, poderá ser dispensada a apresentação do referido catálogo.

4.13.1. O catálogo deverá ser apresentado na língua portuguesa.

4.13.2. Quando existir site oficial do fabricante que demonstre ficha técnica do item cotado, com a referida marca e modelo, fica à licitante, em detrimento da apresentação do catálogo, facultada informar o respectivo link apresentada exclusivamente por meio eletrônico, através da opção “Anexo” no sistema Compras.gov.br

4.13.3. As empresas que não encaminharem o catálogo terão as propostas desclassificadas.

Da vistoria

4.14. À licitante interessada em participar deste processo licitatório recomenda-se vistoriar o local onde serão executados os serviços referentes aos itens 52 a 56, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h, mediante prévio agendamento de horário junto a Divisão de Licitações – DL, através do e-mail: licitacoes.sgc@sp.gov.br, telefone: (11) 3117-2074 .

4.14.1. O agendamento da vistoria aludida no item anterior poderá ser realizado em até no máximo 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

4.15. A vistoria será acompanhada por representante da Divisão de Gestão Patrimonial e Almoxarifado designado para esse fim, o qual visará a declaração comprobatória da vistoria efetuada, que deverá ter sido previamente preenchida pela licitante em conformidade com o Modelo de Declaração de Vistoria – **Anexo III** deste Termo de Referência.

4.16. A Licitante que optar pela não realização da vistoria, vindo a ser a vencedora, não poderá alegar em nenhuma hipótese o desconhecimento dos locais da realização do serviço e suas peculiaridades. Para tanto, deverá formalizar a opção de não vistoria mediante apresentação de declaração consoante modelo do **Anexo IV** deste Termo de Referência.

4.17. A documentação referente à realização ou não da vistoria deverá ser entregue concomitante ao envio da proposta.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, em horário comercial, de segunda à sexta-feira, das 9h às 17h, contados da emissão de Autorização de Fornecimento.

5.2. Caso não seja possível a execução no prazo assinalado, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com, no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

a) Unidade do Arquivo Público do Estado, localizado na Rua Voluntários da Pátria, 596 – Santana – São Paulo/SP – CEP 02010-000;

b) Diretoria de Perícias Médicas do Estado, localizado na Av. Prefeito Passos, s/n – Liberdade – Baixada do Glicério - São Paulo/SP – CEP 01517-020;

c) Sede, localizado na Av. Rangel Pestana, 300 – 1º subsolo – Sé – São Paulo/SP – CEP 01017-911.

5.4. Por se tratar de ambientes com controle de entrada e saída, a entrega dos itens deverá ser previamente agendada junto à Divisão de Gestão Patrimonial e Almoxarifado – DGPA, através do e-mail: almoxarifado.sggd@sp.gov.br, telefone: (11) 3117-2094.

5.4.1. O não agendamento poderá acarretar o não recebimento, não responsabilizando o Órgão por quaisquer prejuízos decorrentes.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, **no mínimo 12 (doze) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contando a partir do recebimento definitivo do objeto.

5.6. Para os aparelhos de ar-condicionado (itens 52 a 56), a garantia será de, **no mínimo 24 (vinte e quatro) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, considerando as características e a tecnologia dos equipamentos.

5.7. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.12. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.14. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.15. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.16. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO - **SRP**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - ME:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Outras comprovações

8.22. Tratando-se de consórcio:

8.22.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.22.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.22.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.22.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.23. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.23.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.23.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.23.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 3.189.666,98. (três milhões, cento e oitenta e nove mil, seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e oito centavos), conforme custos unitários dispostos no Anexo I deste Termo de Referência. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A presente licitação compatibiliza-se com as leis orçamentárias, sendo que a indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização de contratação decorrente do sistema de registro de preços.

11. ANEXO

11.1. Fazem parte integrante deste Termo de Referência os seguintes anexos:

- 11.1.1. Anexo I - Especificações dos itens;
- 11.1.2. Anexo II - Modelo de proposta de preços;
- 11.1.3. Anexo III – Declaração de realização de vistoria técnica;
- 11.1.4. Anexo IV – Declaração de não realização de vistoria técnica;
- 11.1.5. Anexo V - Minuta de autorização de fornecimento.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VITOR NASCIMENTO DA SILVA

Chefe de Divisão de Gestão Patrimonial e Almoxarifado - Substituto

ANA FLAVIA RODRIGUES

Coordenadora de Bens e Serviços - Substituta

Anexo I – Termo de Referência

ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

Eletrodomésticos de apoio

LOTE /GRUPO	ITEM	CÓDIGO SIAFÍSICO	CÓDIGO COMPRAS	Descrição Resumida	ESPECIFICAÇÃO	Unidade de medida	Quantidade mínima	Quantidade Total	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE/GRUPO
-	1	6314198	440202	Aspirador de pó	Aspirador de Pó Sem Saco; Modelo Com Ajuste de Potência e Rodas Emborrachadas; Na Cor Cinza/preta; Medindo Aproximadamente 37 x 42 Cm x 32 Cm (a x l x P); Com Potência de 1600w ; Nível de Ruído de No Máximo 82db; Tensão de Alimentação 110/127v ou bivolt; Filtro Tipo Hepa; Capacidade do Reservatório de no mínimo 1,8L ; Peso Máximo de Aproximadamente 6,5kg; Comprimento Da Mangueira + Haste de Metal de No Mínimo 1,5 Metros; Comprimento do Cabo Elétrico de No Mínimo 3 Metros ; Alcance Total de No Mínimo 5 Metros; Acompanha Tubo Prolongador Telescópico Metálico; Bocal Para pisos Com Regulagem; Bocal para Estofados; Bocal para Cantos e Frestas Com Escova; Com Enrolador de Cabo Elétrico; Com Prazo de Garantia Mínima de 12 Meses; Certificação Inmetro Conforme Normas Nbr/abnt e Legislaçao Vigentes; Assistência técnica nacional.	Unidade	1	7	R\$ 1.050,00	R\$ 7.350,00	-
-	2	6239242	434113	Cafeteira automática 1,2 L	Cafeteira automática ; Capacidade: 1,2 litros ; Tensão de alimentação: 220v; Pressão mínima: 15Bar; Revestimento externo: Plástico ABS; Abastecimento: capsulas ; Tipo de cápsula compatível: Nespresso ; Peso aproximado: 4kg; Potência mínima: 950W; Capacidade: 1 xícara por vez; Preparação: expresso e multibebidas ; Assistência técnica nacional.	Unidade	2	14	R\$ 699,00	R\$ 9.786,00	-
-	3	6363814	346416	Fogão elétrico (cooktop)	Fogão Elétrico Cooktop , Material: Aço Inoxidável; Voltagem: 220V ; medindo aproximadamente (68x50) cm (lxp); Componentes: 4 bocas, mesa vitrocerâmica ; mínimo 09 níveis de temperatura; Certificação Inmetro de acordo com a Portaria 148/2022; Assistência técnica nacional.	Unidade	1	7	R\$ 2.299,00	R\$ 16.093,00	-
-	4	6250700	617234	Forno elétrico de embutir	Forno: Elétrico de Embutir; Potência Mínima 1.600w ; Em Aço Inox, Com Acabamento Na Cor Preta e Vidro Temperado; Modelo de Embutir ; Capacidade 60L ; Com Grade Interna Cromada; Luz Interna, Luz Indicadora de Funcionamento, Botões Analógicos de Timer, Temperatura e Função; Com Controle Mecânico de Temperatura de 50° a 250°C ; Voltagem: 220 V ; Fabricado de acordo com as normas vigentes e atualizações obrigatórias do Inmetro/ABNT; Assistência técnica nacional.	Unidade	1	3	R\$ 1.902,21	R\$ 5.706,63	-
-	5	5852447	446165	Forno micro-ondas	Forno; Microondas , Domestico; Elétrico; Em Aço, Com Acabamento Esmaltado Branco; Modelo de Mesa; Medindo (32,5 x 52,0 x 42,5)cm (axbpx) Aproximado(+/-5%); Com Capacidade Mínima 31 Litros ; Com Prato Giratório, Trava de Segurança, Painel Integrado, Puxador Embutido; Display Com Economia de Energia, Teclado Numérico para Selecionar o Tempo Desejado; Com Uma Câmara Interna; Potencia Mínima de 1500 W; Com Isolamento Térmico; Com Funções Descongelar, Manter Aquecido; Tecla Inicio, +30 Seg, Relógio; Controle Através de Timer; Voltagem 110-127 V ; Prazo de Garantia 12 Meses Após a Entrega e Fornecimento do Manual de Operação; Acondicionado Em Embalagem Apropriada, de Forma a manter a Integridade do Equipamento; Em Conformidade Com Portaria Inmetro 497/11, Atualizações Posteriores e Demais Normas Pertinentes; Selo Procel "A" ; Assistência técnica nacional.	Unidade	3	15	R\$ 819,99	R\$ 12.299,85	-
-	6	5123291	304516	Refrigerador doméstico	Refrigerador Domestico ; Tipo Duplex, Frost Free ; Capacidade Liquida Mínima Total 431 Litros ; Na Cor Branca ; Contendo Prateleiras, Gaveta, Separador de Garrafas, Porta Ovos, Porta Latas; Medindo Aproximadamente: (70 x 185 x 73) Cm = (l x a x P); Potencia Mínima 115 W; Consumo Médio de 56kWh/mês; 110 V ou bivolt ; Com Iluminação Interna, Com Controle Eletrônico de Temperatura, Pés Reguláveis; Acompanha Manual de Instruções, Garantia Mínima de 12 Meses; Conforme Normas Vigentes; Selo Procel "A" ; Assistência técnica nacional.	Unidade	1	10	R\$ 3.707,50	R\$ 37.075,00	-

Equipamentos de apoio administrativo

LOTE /GRUPO	ITEM	CÓDIGO SIAFÍSICO	CÓDIGO COMPRAS	Descrição Resumida	ESPECIFICAÇÃO	Unidade de medida	Requisição mínima	Qtd Total	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE/GRUPO
-	7	6451470	391297	Amplificador de som	Caixa de som, , ≥ 85dB (A) , Potência total de saída (RMS): 21W + 21W; Resposta de frequência: 60Hz - 20kHz ; Entradas de áudio: TRS Balanceado; RCA, AUX.	Unidade	1	4	R\$ 1.344,42	R\$ 5.377,68	-
-	8	5985757	466668	Fragmentadora	Fragmentadora ; Modelo Comercial, para Escritório; Confeccionada Em Polímero e Metal; Acabamento Com Pintura Eletrostática; Base Com Rodízios para Locomoção; Abertura Inserção de Folhas Medindo Mínimo 240mm; Com Abertura Independente para Cds/dvds e Cartões de Credito; Capacidade P/fragmentar 300 Folhas Modo Automático e 8 Folhas Modo Manual , Clips 2/0 e Grampos 26/6; Corte Papel Nível Segurança P4, de Acordo com Norma Din-66399/12,particula Máxima 160mm2(4x40mm); Corte Nível Segurança Cd/dvd-o3, de Acordo Norma Din-66399/12, Particulas Máximo 320mm2 (4x80mm); Corte Nível Segurança Cartao/disquete-t3, Acordo Norma Din-66399/12, Particula Max. 320mm2(4x80mm); Com Função Autoreverso, Com Sensor Automático de Excesso Ou Atolamento de Papel; Acionamento Por Botão Liga/desliga, Indicador de Resfriamento; Funcionamento Continuo No Mínimo 18 Minutos, Com Parada para Resfriamento No Máximo 40 Minutos; Nível de Ruído Máximo 60db/a Conforme Norma Nbr.10152/87 Vigente; As Navalhas e Cilindros de Corte Todas Em Aço; Todos Os Pentes/raspadores Metálicos; Com Bloqueio de Acesso As Laminas.; Todas Engrenagens Em Metal; Lixeira Com Capacidade Mínima para 40 Litros ; Contendo Sensor Automático de Ausência Ou Cesto Cheio, Proteção Contra Superaquecimento; Cabos Com Mínimo de 75 Cm, Todos de Acordo Com Nbr-14136/12 Vigente; Bitola Dos Cabos de Acordo Com a Norma Vigente; Voltagem 110v ou bivolt ; Com Aterramento de Acordo Com Nbr-14136/2012-vigente; Acompanha Manual Em Português; Com Prazo Mínimo de Garantia de 12 Meses, a Partir Da Data de Entrega do Produto; Assistência técnica nacional.	Unidade	1	10	R\$ 10.025,89	R\$ 100.258,90	-
-	9	6122027	602543	CD Player de mesa	Cd Player de mesa ; Reprodutor de CD compatível com discos CD, CD-R e CD-RW; Suporte a arquivos de áudio nos formatos MP3, WMA e AAC (via CD ou USB); Entrada USB frontal para reprodução de arquivos digitais; Conversor digital-analógico (DAC) de alta qualidade; Saídas de áudio analógica (RCA estéreo) e digital (coaxial e/ou óptica); Saída dedicada para fones de ouvido com controle de volume; Display frontal para visualização de faixas e informações de reprodução; Controle remoto incluso; Alimentação elétrica 110V ; Construção com baixo nível de ruído e distorção, adequada para sistemas de áudio de alta fidelidade.	Unidade	1	3	R\$ 5.649,90	R\$ 16.949,70	-
-	10	6417337	295679	Gravador de fita k7	Gravador de fita k7 tape deck ; 14W, Dimensões: 482 (L) x 138,3 (A) x 285,8 (P) mm; Permite reprodução contínua (relé) ou dublagem de fitas; Saída USB; Controle de pitch no deck; Entrada/Saídas: RCA desbalanceado e porta USB	Unidade	1	3	R\$ 5.428,36	R\$ 16.285,08	-
-	11	6403450	258430	Receiver	Receiver 7.2-Canal Home Theater AV Receptor 8K Video Ultra HD 4K/120	Unidade	1	3	R\$ 5.493,00	R\$ 16.479,00	-

2	27	6014941	623640	Cadeira giratória	Cadeira Giratória; Material Estrutura: Aço Sae 1020; Material Revestimento Assento E Encosto: Tecido Sintético; Material Encosto: Polipropileno / Espuma Poliuretano Injetada; Material Assento: Polipropileno / Espuma Poliuretano Injetada, com densidade mínima de 45 Kg/m³ ; Tratamento Superficial Estrutura: Pintura Eletrostática; Tipo Base: Giratória Com 5 Rodízios; Tipo Encosto: Espaldar Médio ; Apoio Braço: Com Braços Reguláveis Em Forma De "T"; Cor: Preta; Tipo Sistema Regulagem Vertical: Pneumático; Características Adicionais: Com Rodízios Duplos De Náilon E 5 Pés; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes e Nr-17.	Unidade	5	170	R\$ 1.180,00	R\$ 200.600,00	R\$ 242.850,00
	28	6431925	484080	Cadeira giratória tela	Cadeira Giratória; Concha Dupla, Encosto Em Tela , Assento Em Madeira compensada Multilaminada; Revestidos Em Tecido 100% Poliéster; Na Cor Preta; Estofamento Em Espuma de Poliuretano Injetado; Apresentando Densidade de No Mínimo 45kg/m3; Espaldar Alto ; Com Encosto Medindo No Mínimo (480 x 600)mm; e Assento Medindo No Mínimo (500 x 520)mm; Braços Em Poliuretano; Com Regulagem de Altura e Profundidade; Regulagem de Inclinação e Altura para o Encosto; e Regulagem de Altura e Profundidade para o Assento; Tubo Central Em Aço; Com Capa Telescópica de Proteção de Poliuretano; Base Formada Por 05 Patas, rodízios em náilon duplo com capa de proteção; Em Aço; Acabamento Em Pintura Eletrostática Com Tinta Pó; Na Cor Preta; Garantia de No Mínima 12 Meses; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes e Nr-17.	Unidade	2	25	R\$ 1.690,00	R\$ 42.250,00	
-	29	6393918	484112	Cadeira fixa	Cadeira fixa; Material assento: Madeira e espuma injetada; Material encosto: Madeira e espuma injetada; Material estrutura: Metal Material revestimento Assento e encosto: Courvin ; Acabamento estrutura: Pintado em epóxi ; Características adicionais: Sem braço; Cor: Preta	Unidade	5	200	R\$ 307,00	R\$ 61.400,00	-
-	30	5363764	601268	Estante de aço	Estante Desmontável de Aço; Tipo Aberta; Simples; Com 06 Prateleiras; Na Altura de 1980mm; Com Prateleiras de (920x620) mm=(lxp); para Suportar Carga Útil de No Mínimo 100kg Por Prateleira; Fixação Das Prateleiras Por Parafusos; Com Espessura Mínima de Prateleiras de 0,95mm (chapan. 20); Colunas Com Espessura Mínima de 1,98mm (chapa N. 14), Perfil L; Em x Nas Laterais; Tratamento Antiferruginoso e Acabamento Em Pintura Eletrostática Com Tinta a Po; Na Cor Cinza; Garantia Mínima de 12 Meses; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes.	Unidade	10	400	R\$ 510,00	R\$ 204.000,00	-
-	31	5440254	630803	Longarina	Longarina; Tipo: Única, com 4 lugares , 2 braços laterais, feita de aço; Cor: Aço escovado; Comprimento: 2,00 m; Largura: 0,50 m Material Estrutura: Chapa Aço; Acabamento Superficial: Pintura Eletrostática Em Epóxi	Unidade	5	90	R\$ 700,00	R\$ 63.000,00	-
-	32	5648866	612558	Mesa para cadeirante	Mesa de Trabalho; Tampo Em Madeira Mdp; Revestido Em Ambas As Faces Com Laminado Melamínico; Na Cor Branca; No Formato Retangular; Medindo (1400x600)mm; Com Espessura de 25mm; Regulagem Elétrica de Altura de 730mm a 1140mm, Acionamento Por Botão Automático 110v ou Bivolt; Estrutura Em Aço Carbono; Com Espessura de 1,9mm (chapa N. 14); Acabamento Em Pintura Eletrostática Com Tinta Po; Na Cor Preta; Sem Gaveteiro; Sem Painéis; Com Garantia de No Mínima 12 Meses; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes.	Unidade	1	4	R\$ 3.330,00	R\$ 13.320,00	-
3	33	5572746	631951	Mesa reta	Mesa reta; Cor: Noce Amendoa; Medindo 1,40 x 0,80 x 0,80m (CxLxA); Componentes: 1 tampo reto, 1 travessa e 2 pés painel; Bordas revestidas em fita com cantos levemente arredondados; Estrutura de tubos e chapa de aço; Acabamento da estrutura com pintura eletrostática na cor preta; Espessura do tampo de 25mm; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes.	Unidade	1	10	R\$ 1.198,00	R\$ 11.980,00	R\$ 266.042,80
	34	6431704	625232	Mesa reta	Mesa reta; Cor: Noce Amendoa; Medindo 2,70 x 0,60 x 0,75m (CxLxA); Revestimento laminado melânico; Bordas revestidas em fita com cantos levemente arredondados; Estrutura de tubos e chapa de aço; Acabamento da estrutura com pintura eletrostática na cor preta; Espessura do tampo de 25mm; Tampo único em madeira Mdf; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes.	Unidade	1	8	R\$ 1.556,38	R\$ 12.451,04	
	35	5125022	603573	Mesa de centro	Mesa de centro retangular; Cor: Noce Amendoa; Medindo 1,20 x 0,80 x 0,50m (CxLxA); Componentes: Tampo central de vidro; Bordas revestidas em fita com cantos levemente arredondados; Acabamento da estrutura com pintura eletrostática na cor preta; Espessura do tampo de 25mm; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes.	Unidade	1	7	R\$ 498,88	R\$ 3.492,16	
	36	6450903	437104	Mesa de reunião oval	Mesa de reunião oval; Cor: Noce Amendoa; Medindo 2,00 x 1,20 x 0,80m (CxLxA); Componentes: 2 tampos e 3 pés painel; Bordas revestidas em fita com cantos levemente arredondados; Estrutura de tubos e chapa de aço; Acabamento da estrutura com pintura eletrostática na cor preta; Espessura do tampo de 25mm; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes.	Unidade	1	7	R\$ 1.200,00	R\$ 8.400,00	
	37	6450920	611831	Mesa de reunião redonda	Mesa de reunião redonda; Cor: Noce Amendoa; Medindo 1,20 x 1,20 x 0,80m (CxLxA); Componentes: Tampo único; Bordas revestidas em fita com cantos levemente arredondados; Estrutura de tubos e chapa de aço; Acabamento da estrutura com pintura eletrostática na cor preta; Espessura do tampo de 25mm; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes.	Unidade	1	15	R\$ 844,00	R\$ 12.660,00	
	38	6122094	631951	Mesa de reunião retangular	Mesa de reunião retangular; Cor: Noce Amendoa; Medindo 3,00 x 1,00 x 0,80m (CxLxA); Componentes: 1 tampo, 1 travessa e 2 pés painel; Bordas revestidas em fita com cantos levemente arredondados; Estrutura de tubos e chapa de aço; Acabamento da estrutura com pintura eletrostática na cor preta; Espessura do tampo de 25mm; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes.	Unidade	1	6	R\$ 1.600,00	R\$ 9.600,00	
	39	6238793	460955	Mesa em "L" 1,20	Mesa de Trabalho; Tipo: em "L"; Cor: Noce Amendoa; Medindo 1,20 x 1,20 x 0,75m (CxLxA); Revestimento laminado melamínico; Bordas revestidas em fita com cantos levemente arredondados; Estrutura de tubos e chapa de aço; Acabamento da estrutura com pintura eletrostática na cor preta; Espessura do tampo de 25mm; Tampo único em madeira Mdf; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes.	Unidade	2	40	R\$ 1.411,49	R\$ 56.459,60	
	40	6517374	613255	Mesa em "L" 1,40	Mesa de Trabalho; Tipo: em "L"; Cor: Noce Amendoa; Medindo 1,40 x 1,40 x 0,75m (CxLxA); Revestimento laminado melamínico; Bordas revestidas em fita com cantos levemente arredondados; Estrutura de tubos e chapa de aço; Acabamento da estrutura com pintura eletrostática na cor preta; Espessura do tampo de 25mm; Tampo único em madeira Mdf; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes.	Unidade	2	90	R\$ 1.500,00	R\$ 135.000,00	
4	41	5572711	631951	Mesa em "L" 2,00	Mesa de Trabalho; Tipo: em "L"; Cor: Noce Amendoa; Medindo 2,00 x 1,20 x 0,80m (CxLxA); Revestimento laminado melamínico; Bordas revestidas em fita com cantos levemente arredondados; Estrutura de tubos e chapa de aço; Acabamento da estrutura com pintura eletrostática na cor preta; Espessura do tampo de 25mm; 1 Tampo, 2 pés painel e 1 travessa em madeira Mdf; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes.	Unidade	2	10	R\$ 1.600,00	R\$ 16.000,00	R\$ 18.268,68
	42	6470890	621484	Poltrona	Poltrona; Material estrutura: Madeira de reflorestamento; Revestimento: Corino ou couro sintético; Cor: Preta; Quantidade assentos: 1 Largura: 0,50m X Profundidade: 0,80m X Altura: 0,90m	Unidade	1	12	R\$ 734,89	R\$ 8.818,68	
	43	6450164	627152	Sofá	Sofá; Material Estrutura: Madeira de reflorestamento; Revestimento: Corino ou couro sintético; Cor: Preta; Quantidade assentos: 2; Largura: 1,40 m X Profundidade: 0,80m X Altura: 0,90m	Unidade	1	7	R\$ 1.350,00	R\$ 9.450,00	

Equipamentos médicos e de triagem (itens e lote)

LOTE/GRUPO	ITEM	CÓDIGO SIAFÍSICO	CÓDIGO COMPRAS	Descrição Resumida	ESPECIFICAÇÃO	Unidade de medida	Requisição mínima	Qtd Total	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE/GRUPO
------------	------	------------------	----------------	--------------------	---------------	-------------------	-------------------	-----------	----------------	-------------	---------------------------

-	44	2061740	405841	Biombo hospitalar	Biombo hospitalar ; Material: Aço inoxidável ; Acabamento Da Estrutura: Esmaltado; Tipo: Duplo dobrável ; Altura: 1,80m X Comprimento: Aproximadamente 1,80m aberto; Tipo de rodízio: 2 ponteiros fixas e 1 giratória ; Acabamento do rodízio: Termoplástica; Características adicionais: Tecido reforçado	Unidade	1	7	1069	R\$ 7.483,00	-
-	45	5677831	405850	Cadeira oftalmológica	Tipo: Coluna integrada com cadeira ; Material Gabinete: MetálicoMaterial; Base Sustentação: Ferro; Tipo Luminária: Direcional Articulada Com Braço Pantográfico; Painel Controle: Subida / Descida Cadeira; Tensão Alimentação: 110/220V ; Características Adicionais: 2 Bandejas Auxiliares.	Unidade	1	4	R\$ 16.838,83	R\$ 67.355,32	-
-	46	5073979	394467	Lâmpada de fenda	Lâmpada de Fenda ; No mínimo 05 tipos de aumento ; Ajuste de distância interpupilar de 52 a 82mm; Lâmpada halogênio 12v 50w ou LED de alta intensidade ; Sistema de inclinação de 0 a 23 graus; Com diversos tipos de filtros (azul, red-free, 13% densidade neutra e absorção de calor; Voltagem de 110v ou bivolt ; Acompanhar mesa elétrica com regulagem de altura ; Registro na Anvisa; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes.	Unidade	1	4	R\$ 21.900,00	R\$ 87.600,00	-
5	47	6233635	427290	Mocho com encosto	Mocho com encosto ; Material: Tubo De Aço; Acabamento Da Estrutura: Pintura Poliuretana; Tipo De Assento: Assento Giratório E Altura Regulável ; Acabamento Do Assento: Poliuretano Injetado, Pvc Laminado S/ Costura; Tipo De Pé: Pés Com 5 Rodízios ; Acionamento: A Gás; Tipo Encosto: Encosto Regulagem Horizontal .	Unidade	1	4	R\$ 735,00	R\$ 2.940,00	R\$ 4.620,00
	48	5948312	415993	Mocho sem encosto	Mocho sem encosto ; Assento de espuma injetada com tecido na cor azul ; Base preta; A gás com pé móvel, aranha giratória de 05 pés com rodízios; Altura mínima de 45cm e máxima de 55cm; Suportar até 150kg ; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes.	Unidade	1	4	R\$ 420,00	R\$ 1.680,00	
-	49	4458249	337174	Otoscópio	Otoscópio ; Tipo: Clínico, Portátil ; Características Adicionais: Led Alta Intensidade , Transmissão Por Fibra ÓpticaZoom Óptico: Mínimo 3 Vezes; Componentes: Jogo De Espéculos Reutilizáveis ; Tipo Proteção: Estojo Próprio; Alimentação: Bivolt Automático , Bateria Recarregável	Unidade	1	7	R\$ 867,99	R\$ 6.075,93	-
-	50	5791456	394473	Sistema para teste de acuidade visual	Sistema para teste de acuidade visual ; Caracteres: Optotipos Snellen, Letras, Números, Desenhos, Etdr ; Outros Componentes: C De Landolt, Luz Worth, Verde-Vermelho, IshiharaTipo Tela: Lcd Mínimo De 19"Distância Focal: Distância De Trabalho 3 A 6m; Acessórios: Controle Remoto Controle: Controle Variável De Contraste; Alimentação: 110/220v	Unidade	1	4	R\$ 4.574,62	R\$ 18.298,48	-
-	51	6150535	623492	Lente de volk	Lente de volk ; Material: Vidro, Tambor Em Alumínio; Tipo Lente: Diagnóstica ; Tratamento Superficial: Anti-Reflexo ; Aplicação: P/ Fundoscopia, Fundo De Olho; Grau: 90 DPT	Unidade	1	4	R\$ 2.470,00	R\$ 9.880,00	-

Climatização e ventilação (itens e lotes)

LOTE /GRUPO	ITEM	CÓDIGO SIAFÍSICO	CÓDIGO COMPRAS	Descrição Resumida	ESPECIFICAÇÃO	Unidade de medida	Requisição mínima	Qtd Total	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE/GRUPO
6	52	6484972	605368	Ar-condicionado 12.000 BTU/h	Ar-condicionado , Tipo: Cassete 4 Vias ; Modelo: Cassete 4 Vias Inverter; Capacidade Refrigeração: 12.000 BTU/h ; Vazão Ar: 1.260; Tensão: 220V ; Frequência: 60; Nível Ruído Interno: 35; Características Adicionais 1: Controle Remoto Sem Fio, Display Cristal Líquido. Observação: Incluso a instalação completa dos aparelhos, com todos os acessórios e componentes requeridos para a entrega do sistema em operação. ; Selo Procel "A"; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt e Inmetro Vigentes. Cor: branco.	Unidade	2	22	R\$ 9.292,00	R\$ 204.424,00	R\$ 1.230.568,30
	53	6163939	458222	Ar-condicionado 18.000 BTU/h	Ar-condicionado Tipo: Split; Modelo: Cassete 4 Vias Inverter ; Capacidade Refrigeração: 18.000 BTU/h ; Tensão: 220V ; Características Adicionais 1: Controle Remoto Sem Fio, Bomba De Dreno. Observação: Incluso a instalação completa dos aparelhos, com todos os acessórios e componentes requeridos para a entrega do sistema em operação ; Selo Procel "A"; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt e Inmetro Vigentes. Cor: branco.	Unidade	1	10	R\$ 11.299,00	R\$ 112.990,00	
	54	6163955	605381	Ar-condicionado 24.000 BTU/h	Ar-condicionado Tipo: Cassete 4 Vias ; Modelo: Cassete 4 Vias Inverter; Capacidade Refrigeração: 24.000 BTU/h ; Vazão Ar: 1.620; Tensão: 220V ; Frequência: 60; Nível Ruído Interno: 43; Características Adicionais 1: Controle Remoto Sem Fio, Display Cristal Líquido. Observação: Incluso a instalação completa dos aparelhos, com todos os acessórios e componentes requeridos para a entrega do sistema em operação ; Selo Procel "A"; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt e Inmetro Vigentes. Cor: branco.	Unidade	2	10	R\$ 12.170,68	R\$ 121.706,80	
	55	6068847	458221	Ar-condicionado 30.000 BTU/h	Ar-condicionado Tipo: Cassete 4 Vias Modelo: Cassete 4 Vias Inverter; Capacidade Refrigeração: 30.000 BTU/h ; Tensão: 220V ; Características Adicionais 1: Controle Remoto Sem Fio, Bomba De Dreno. Observação: Incluso a instalação completa dos aparelhos, com todos os acessórios e componentes requeridos para a entrega do sistema em operação ; Selo Procel "A"; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt e Inmetro Vigentes. Cor: branco.	Unidade	2	25	R\$ 19.658,50	R\$ 491.462,50	
	56	6075720	603722	Ar-condicionado 40.000 BTU/h	Ar-condicionado Tipo: Cassete 4 Vias Modelo: Cassete 4 Vias Inverter; Capacidade Refrigeração: 40.000 BTU/h ; Tensão: 220V ; Características Adicionais 1: Controle Remoto Sem Fio, Bomba De Dreno. Observação: Incluso a instalação completa dos aparelhos, com todos os acessórios e componentes requeridos para a entrega do sistema em operação ; Selo Procel "A"; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt e Inmetro Vigentes.	Unidade	2	15	R\$ 19.999,00	R\$ 299.985,00	
-	57	5519551	407629	Ar-condicionado portátil	Condicionador de Ar ; do Tipo Portátil ; Com Capacidade: Mínima 12.000 Btu/h ; Operação: Frio; Vazão de Ar de 310 M3/h No Mínimo; Com Filtro do Tipo Antibactéria; Voltagem: 110v ; Com Consumo Aproximado de 1.350kw/h; Funções: Sleep e Timer; Com Utilização do Gás R410a; Gabinete Confeccionado Em Aço e Plástico, Monobloco; Medindo Aproximadamente (34 x 70 x 35) cm = (l x a x P); manual de Instruções e Certificado de Garantia Em português, Garantia Mínima 12 Meses; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt e Inmetro Vigentes.	Unidade	1	5	R\$ 2.962,50	R\$ 14.812,50	-
-	58	5257514	367657	Exaustor	Exaustor para Banheiro ; Em Plástico; Dimensões: Largura=15,2 cm / Altura=15,2 cm / Profundidade=11,5 cm; Capacidade de Renovação: 280 m3/h; Recomendado para ambientes de até: 12 m2; Potência sonora (a 1 metro): <67,8 dB(A); Potência nominal do aparelho: 40W; Adaptável a tubos de: diâmetro 150 mm; Garantia Mínima 12 Meses ; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt vigentes.	Unidade	2	9	R\$ 339,45	R\$ 3.055,05	-
-	59	6072038	470674	Ventilador de coluna	Ventilador ; Tipo: coluna ; Cor: Preto e cinza ; Potência elétrica: 180w Número de velocidades: mínimo 3 velocidades ; Quantidade de pás: mínimo 6 pás; Diâmetro da hélice: 40 cm; Diâmetro da grade: 50 cm Tecnologia da hélice: Silent flow technology (tecnologia patenteada que reduz o ruído e fornece mais vento com o menor consumo de energia); Inclinação regulável: Sim; Ângulo de inclinação: 45°; Oscilação: Sim; Ângulo de oscilação: 90° (-45°+45°); Motor: Indução; Frequência: 60 hz; Tipo de material: Polímeros e metais; Voltagem: 110v ou bivolt	Unidade	1	10	R\$ 323,00	R\$ 3.230,00	-

Logística e movimentação (lote)

LOTE /GRUPO	ITEM	CÓDIGO SIAFÍSICO	CÓDIGO COMPRAS	Descrição Resumida	ESPECIFICAÇÃO	Unidade de medida	Requisição mínima	Qtd Total	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE/GRUPO
7	60	5047633	211215	Carro de transporte de documentos	Carro de Transporte Manual ; de Aço Carbono Reforçado; para Transporte de Caixas, Livros, Documentos e Materiais Diversos; Tipo Carrinho de Serviços, Multiuso, Biblioteca; Modelo Aberto, Com 2 Planos Horizontais Paralelos ; Estrutura Tubular Com Bordas Nos Planos de no mínimo 3 Cm; Alca Tubular Fixada Em Uma Das Laterais Menores do Plano Superior para Condução; Medindo 900 x 600 x 800 Mm (C x L x A); Capacidade Mínima Total para 300 Kg; Rodas Pneumáticas Com Câmara de Ar Medindo 6"; No Total de 4 (quatro) , Sendo 2 (dois) Fixos e 2(dois) Giratórios; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt vigentes.	Unidade	1	7	R\$ 1.800,00	R\$ 12.600,00	R\$ 22.196,00
	61	6447937	373828	Carro de transporte plataforma fechado em tela	Carro de Transporte Manual ; de Aço Carbono Sae 1020 Galvanizado , Com Assolho Em chapa; Fechado Em Tela Com Abertura Lateral ; Tipo Plataforma ; Pegador Em Barra Horizontal; medindo aproximadamente 1000 x 600 x 1000 Mm (CxLxA) ; Capacidade de Carga de 300 Kg ; Rodízios de 5 Polegadas; total de 04 Rodas; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt vigentes.	Unidade	1	4	R\$ 2.399,00	R\$ 9.596,00	

R\$ 3.189.666,98

Anexo II – Termo de Referência

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Av. Rangel Pestana, 300 – 14º andar | CEP 01017-911 | São Paulo, SP
Fone: (11) 3117-2094

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aspirador de pó		Unidade	7		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	Cafeteira automática 1,2 L		Unidade	14		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	Fogão elétrico (cooktop)		Unidade	7		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	Forno elétrico de embutir		Unidade	3		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	Forno micro-ondas		Unidade	15		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
6	Refrigerador doméstico		Unidade	10		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
7	Amplificador de som		Unidade	04		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	Fragmentadora		Unidade	10		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
9	CD Player de mesa		Unidade	03		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
10	Gravador de fita k7		Unidade	03		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	Receiver		Unidade	03		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12	Toca discos		Unidade	03		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	Quadro de planejamento anual		Unidade	04		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
14	Televisão 60”		Unidade	10		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	Televisão 98”		Unidade	03		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	Conjunto de microfone sem fio auricular e lapela		Unidade	05		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
17	Projektor de imagens		Unidade	07		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
18	Tela de projeção		Unidade	07		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
19	Conjunto de som ambiente		Unidade	04		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20	Caneta indicador e apresentador de slides		Unidade	06		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
21	Apoio de pé		Unidade	800		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS - LOTE/GRUPO 1

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

LOTE/ GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	22	Aparador		Unidade	09		
	23	Gaveteiro volante		Unidade	80		
	24	Armário alto		Unidade	15		
	25	Armário baixo		Unidade	70		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
26	Cadeira giratória p/ usuários até 180kg		Unidade	40		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS – LOTE/GRUPO 2

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

LOTE/ GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	27	Cadeira giratória		Unidade	170		
	28	Cadeira giratória tela		Unidade	25		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
29	Cadeira fixa		Unidade	200		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
30	Estante de aço		Unidade	400		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
31	Longarina		Unidade	90		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
32	Mesa para cadeirante		Unidade	4		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS – LOTE/GRUPO 3

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

LOTE/ GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	33	Mesa reta		Unidade	10		
	34	Mesa reta		Unidade	8		
	35	Mesa de centro		Unidade	7		
	36	Mesa de reunião oval		Unidade	7		
	37	Mesa de reunião redonda		Unidade	15		
	38	Mesa de reunião retangular		Unidade	6		
	39	Mesa em “L” 1,20		Unidade	40		
	40	Mesa em “L” 1,40		Unidade	90		
	41	Mesa em “L” 2,00		Unidade	10		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS – LOTE/GRUPO 4

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

LOTE/ GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	42	Poltrona		Unidade	12		
	43	Sofá		Unidade	07		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
44	Biombo hospitalar		Unidade	7		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
45	Cadeira oftalmológica		Unidade	4		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
46	Lâmpada de fenda		Unidade	4		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS – LOTE/GRUPO 5

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

LOTE/ GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	47	Mocho com encosto		Unidade	4		
	48	Mocho sem encosto		Unidade	4		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
49	Otoscópio		Unidade	7		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
50	Sistema para teste de acuidade visual		Unidade	4		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
51	Lente de volk		Unidade	4		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS – LOTE/GRUPO 6

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

LOTE/ GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/ MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
6	52	Ar condicionado 12.000 BTU/h		Unidade	22		
	53	Ar condicionado 18.000 BTU/h		Unidade	10		
	54	Ar condicionado 24.000 BTU/h		Unidade	10		
	55	Ar condicionado 30.000 BTU/h		Unidade	25		
	56	Ar condicionado 40.000 BTU/h		Unidade	15		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
57	Ar-condicionado portátil		Unidade	5		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
58	Exaustor		Unidade	9		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
59	Ventilador de coluna		Unidade	10		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS – LOTE/GRUPO 8

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo SEI: 018.00011639/2024-24
Objeto: Registro de preços para contratações futuras de equipamentos e mobiliários.

LOTE/ GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA/MODELO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	60	Carro de transporte de documentos		Unidade	7		
	61	Carro de transporte plataforma fechado em tela		Unidade	4		

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

MODELO DE DECLARACAO DE REALIZACÃO DE VISITA TÉCNICA

....., de de 2025.

Nome legível e Matrícula do servidor da SGGD
(conforme disposto no item 4.17 deste Termo de Referência)

ANEXO IV – Termo de Referência

DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

Av. Rangel Pestana, 300 – 14º andar | CEP 01017-911 | São Paulo, SP
Fone: (11) 3117-2094 | (11) 3117-2096

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço
completo, telefone, e-mail)

MODELO DE DECLARACAO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Declaro que **não compareci** a nenhuma das unidades da Subsecretaria de Gestão e Governo Digital – SGGD, localizadas em São Paulo/SP, e não vistoriei as instalações onde serão instalados os equipamentos de ar-condicionado, objeto da presente licitação, assumindo, automaticamente, as consequências da não realização da visita técnica.

.....de.....de 2025.

.....
[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]
Representante legal: [NOME COMPLETO]
CI: [NÚMERO E ÓRGÃO EMISSOR]
CPF: [NÚMERO]
Instrumento de outorga de poderes:
[procuração / contrato social / estatuto social]

Anexo V – Termo de Referência

MINUTA DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

Av. Rangel Pestana, 300 – 14º andar | CEP 01017-911 | São Paulo, SP
Fone: (11) 3117-2094

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº ____/2026

Pela presente Ordem Autorização de Fornecimento, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede no endereço _____, representante legal, Sr.(a) _____, RG nº _____ e CPF nº _____, adiante denominada CONTRATADA, fica autorizada a entregar para a SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, denominada CONTRATANTE, os itens constantes no Termo de Referência, integrante do Edital, como Anexo I.

Ademais, a Contratada declara ciência das especificações e condições de contratação constantes do Termo de Referência, sob a sujeição da Lei nº 14.133/2021.

Cláusula I - Do objeto

A Contratada, nos termos de sua proposta apresentada Aviso de Contratação nº ____/2026, em tudo que com ela não colidir, obriga-se a realizar entrega total dos itens listados abaixo, incluso o transporte e todo o material, ferramental e insumos a serem utilizados para a entrega deles, conforme especificações abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ MODELO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
(...)						

Cláusula II - Do preço

A Secretaria de Gestão e Governo Digital, pagará à CONTRATADA, a importância total de R\$ _____ (_____), sem qualquer reajuste.

Cláusula III – Da vigência e prorrogação

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses, contados do envio da autorização de fornecimento, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

3.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

3.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

3.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a

condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

Cláusula IV – Das condições de execução do serviço de entrega.

4.1. Os bens referentes a esta aquisição deverão ser entregues pelo fornecedor, de acordo com as especificações definidas, sendo que a contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação vigente.

4.2. Os itens devem ser entregues em suas embalagens originais, em perfeito estado de conservação, sem apresentar sinais de violação e/ou que suscitem dúvidas quanto à procedência deles, inclusive quanto à correta temperatura de conservação, quando for o caso.

4.3. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto solicitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

4.4. A contratação trata-se da aquisição de bens permanentes, com prazo de vigência de 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

Cláusula V – Do Local de Entrega

5.1. Os bens serão entregues impreterivelmente no prazo de 30 (trinta) dias corridos a partir da assinatura desta Autorização de Fornecimento, no seguinte endereço:

5.2. Caso não seja possível a entrega no prazo estipulado, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. O horário de entrega deve ser agendado previamente [através do telefone \(11\) 3117-2094](#), de comum acordo com ambas as partes, devendo ser em dia útil, das 9h às 16h.

5.4. O não agendamento poderá acarretar o não recebimento dos produtos, sem responsabilidades da CONTRATANTE por quaisquer prejuízos ou multas.

Cláusula VI – Do Pagamento

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

6.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

6.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A., Agência ____ Conta Corrente ____.

6.4. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

6.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.6. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

Cláusula VII - Das Infrações e Sanções Administrativas

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, se o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do referido subitem, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021). A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das

sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

As demais condições de execução são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

7.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições originalmente estabelecidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, por determinação da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. Caso esta Autorização de Fornecimento não contemple preços unitários para bens eventualmente necessários em decorrência de alteração do objeto, estes poderão ser fixados com base nos preços referenciais ou de mercado vigentes à época, observados os limites previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

7.4. As alterações que impliquem modificação substancial das condições inicialmente pactuadas deverão ser formalizadas por instrumento próprio, mediante justificativa técnica e autorização da autoridade competente, admitindo-se, em caso de justificada urgência, a formalização posterior no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

7.5. Alterações de natureza meramente formal poderão ser registradas por apostila, dispensada a celebração de instrumento aditivo, conforme o art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

Cláusula VIII – Do reajuste

8.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 13/10/2025.

8.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2.1. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.2.1.1. Caso seja(m) realizado(s) reajuste(s) dos preços da ata, somente caberá reajuste dos preços de eventual contratação dela decorrente se for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajuste dos preços da ata anterior à celebração da contratação.

8.2.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.2.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.2.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.2.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo ao instrumento da contratação.

8.2.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.3. É obrigação do Contratante responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo

por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.3.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

São Paulo, ____ de ____ de 2026.

De acordo:

CONTRATADA

CONTRATANTE



**Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Divisão de Licitações**

MINUTA

ANEXO II

MINUTA TERMO DE CONTRATO

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA**

(Processo Administrativo nº 018.00013181/2025-48)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
____2026, CELEBRADO ENTRE O
ESTADO DE SÃO PAULO, POR SUA DA
SECRETARIA DE GESTÃO E
GOVERNO DIGITAL, POR INTERMÉDIO
DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO -
SUBSECRETARIA DE GESTÃO
CORPORATIVA E

.....

O Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Gestão e Governo Digital, por intermédio da Diretoria de Administração, com sede na Avenida Rangel Pestana, nº 300, 14º e 16º andares, na cidade de São Paulo/Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 39.467.292/0001-02, neste ato representada pelo Diretor _____, nomeado pela Resolução de ____ de ____ de _____, publicada no DOE de ____ de ____ de _____, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no Contratado), conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 018.00013181/2025-48 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90002/2026, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS PERMANENTES DIVERSOS E MOBILIÁRIOS, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

Objeto : _____								
ITEM / GRUPO	Especificação	Código Siafísico	Código Compras	Marca	Unidade de fornecimento	Requisição mínima a ser contratada	Requisição máxima a ser contratada	Valor unitário estimado
1								R\$ _____
2								R\$ _____
3								R\$ _____
4								R\$ _____
5								R\$ _____
....								R\$ _____

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Termo de Contrato, na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas

respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, mediante solicitação do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 01 (um) mês para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.4. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;

9.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal

ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação direta;

9.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.14. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.17. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

10. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 12.1, de 0,5 % (cinco décimos por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor do Contrato;

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 12.1, de 0,5 % (cinco décimos por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor do Contrato;

(5) Para infração descrita na alínea “b” do item 12.1, a multa será de 0,5 % (cinco décimos

por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do item 12.1, a multa será de 0,5 % (cinco décimos por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor do Contrato;

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do item 12.1, a multa será de 0,5 % (cinco décimos por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor do Contrato.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de

aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 530102

II. Fonte de Recursos: 150.010.0001

III. Programa de Trabalho: 04.122.5300.5515.0000

IV. Elemento de Despesa: 449052

V. Nota de Empenho:

13.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento digitalmente, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Reis Queiroga de França, Coordenadora**, em 16/03/2026, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0094302471** e o código CRC **99FA4E51**.



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Divisão de Licitações

MINUTA

ANEXO III

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

À Comissão de Licitação

Referente a REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS PERMANENTES DIVERSOS E MOBILIÁRIOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). _____, interessada em participar do **Pregão Eletrônico nº 90002/2026**, referente ao **Processo SEI nº 018.00013181/2025-48**, venho, respeitosamente, apresentar a seguinte **solicitação de esclarecimento** acerca dos termos do Edital:

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento solicitado
1	Inserir item do Edital ao qual se refere o esclarecimento solicitado	Escrever de forma clara e objetiva o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta
2	Inserir item do Edital ao qual se refere o esclarecimento solicitado	Escrever de forma clara e objetiva o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta
N...	Inserir item do Edital ao qual se refere o esclarecimento solicitado	Escrever de forma clara e objetiva o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta

Certos de vossa atenção, desde já agradecemos e permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

(Local e Data)

Representante Legal (com carimbo da empresa)



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Reis Queiroga de França, Coordenadora**, em 16/03/2026, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0094380096** e o código CRC **0039EABB**.



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Divisão de Licitações

MINUTA

ANEXO IV

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

À Comissão de Licitação

Referente a REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS PERMANENTES DIVERSOS E MOBILIÁRIOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). _____, vem, tempestivamente, com fundamento no item 13.1 do Edital e no artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL do Pregão Eletrônico nº 90002/2026**, referente ao **Processo SEI nº 018.00013181/2025-48**, pelos fundamentos a seguir expostos:

Nos termos do artigo 164 da Lei nº 14.133/2021, é assegurado a qualquer pessoa o direito de impugnar os termos do edital, desde que o faça no prazo de até **03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura do certame**, o que se verifica no presente caso.

A impugnação ora apresentada tem por escopo preservar os princípios constitucionais da legalidade, isonomia, competitividade, e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração, previstos no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

Dos Fatos e Fundamentos

O Edital impugnado apresenta, em seu item **[indicar item ou cláusula específica do Edital]**, a seguinte previsão:

[transcrever integralmente o trecho impugnado]

Tal exigência revela-se [ilegal/incompatível/restritiva], uma vez que [expor, de forma clara e objetiva, os fatos e fundamentos que motivam a impugnação, com eventual citação de dispositivos legais ou normas técnicas aplicáveis].

Entende-se que a referida exigência [ou omissão] afronta o disposto no(a) **[citar norma legal ou princípio violado]**, comprometendo a ampla competitividade do certame e restringindo indevidamente a participação de interessados que, embora tecnicamente aptos, não atendem a

exigência ora impugnada.

Do Pedido

Diante do exposto, requer-se:

1. Que a presente impugnação seja **conhecida e julgada procedente**, com a consequente **retificação do(s) item(ns)** impugnado(s), de modo a assegurar a legalidade, a isonomia e a competitividade do certame;
2. Que, uma vez retificado o Edital, seja determinada a **republicação do instrumento convocatório**, nos termos do item 13.5 do próprio Edital.

Termos em que,

Pede deferimento.

(Local e Data)

Representante Legal (com carimbo da empresa)



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Reis Queiroga de França, Coordenadora**, em 16/03/2026, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0094380181** e o código CRC **2D6754A1**.



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Divisão de Licitações

MINUTA

MINUTA ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º ____/2026

O ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, com sede na Avenida Rangel Pestana, nº 300, 14º e 16º andares, CEP 01017-911,, na cidade de São Paulo/SP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 39.467.2092/0001-02 neste ato representado(a) pelo(a) Diretor Diego César Santana Mendes, nomeado pela Resolução - de 12 de março de 2025, publicada no D.O.E. de 13 de março de 2025, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo n.º 018.00013181/2025-48, resolve celebrar a presente ATA de REGISTRO DE PREÇOS, procedendo ao registro dos preços do(s) fornecedor(es) indicado(s) e qualificado(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ele(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), no [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), c/c o [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS PERMANENTES DIVERSOS E MOBILIÁRIOS, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes da documentação que constitui Anexo do Edital de Pregão Eletrônico, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade mínima e máxima de cada item que poderá ser contratada por solicitação, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Eletrodomésticos de apoio (itens)								
ITEM	Especificação	Código Siasfísico	Código Compras	Marca	Unidade de fornecimento	Requisição mínima a ser contratada	Requisição máxima a ser contratada	Valor unitário estimado
1	Aspirador de pó	6314198	440202		Unidade	1	7	R\$ ____
2	Cafeteira automática 1,2 L	6239242	434113		Unidade	2	14	R\$ ____
3	Fogão elétrico (cooktop)	6363814	346416		Unidade	1	7	R\$ ____
4	Forno elétrico de embutir	6250700	617234		Unidade	1	3	R\$ ____
5	Forno micro-ondas	5852447	446165		Unidade	3	15	R\$ ____
6	Refrigerador doméstico	5123291	304516		Unidade	1	10	R\$ ____

Fornecedor_____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Equipamentos de apoio administrativo (itens)								
ITEM	Especificação	Código Siafísico	Código Compras	Marca	Unidade de fornecimento	Requisição mínima a ser contratada	Requisição máxima a ser contratada	Valor unitário estimado
7	Amplificador de som	6451470	391297		Unidade	1	4	R\$_____
8	Fragmentadora	5985757	466668		Unidade	1	10	R\$_____
9	CD Player de mesa	6122027	602543		Unidade	1	3	R\$_____
10	Gravador de fita k7	6417337	295679		Unidade	1	3	R\$_____
11	Receiver	6403450	258430		Unidade	1	3	R\$_____
12	Toca discos	6403360	237959		Unidade	1	3	R\$_____
13	Quadro de planejamento anual	5588421	389949		Unidade	1	4	R\$_____
14	Televisão 60"	6049850	480903		Unidade	1	10	R\$_____
15	Televisão 98"	6282032	615212		Unidade	1	3	R\$_____
16	Conjunto de microfone sem fio auricular e lapela"	6201920	610412		Unidade	1	5	R\$_____
17	Projetor de imagens	6537448	613277		Unidade	1	7	R\$_____
18	Tela de projeção	6174426	301663		Unidade	1	7	R\$_____
19	Conjunto de som ambiente	5718465	614523		Unidade	1	4	R\$_____
20	Caneta indicador e apresentador de slides	6072615	447661		Unidade	1	6	R\$_____

Fornecedor_____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)									
Mobiliário corporativo (itens e grupos)									
ITEM/GRUPO	Item	Especificação	Código Siafísico	Código Compras	Marca	Unidade de fornecimento	Requisição mínima a ser contratada	Requisição máxima a ser contratada	Valor unitário estimado
ITEM	21	Apoio de pé	4030796	326126		Unidade	10	800	R\$_____
GRUPO 1	22	Aparador	6489877	621482		Unidade	1	9	R\$_____
	23	Gaveteiro volante	6451284	612658		Unidade	5	80	R\$_____
	24	Armário alto	6451187	629865		Unidade	5	15	R\$_____
	25	Armário baixo	6451179	611266		Unidade	5	70	R\$_____
ITEM	26	Cadeira giratória p/ usuários até 180 kg	5415594	612399		Unidade	2	40	R\$_____
GRUPO 2	27	Cadeira giratória	6014941	623640		Unidade	5	170	R\$_____
	28	Cadeira giratória tela	6431925	484080		Unidade	2	25	R\$_____
ITEM	29	Cadeira fixa	6393918	484112		Unidade	5	200	R\$_____
ITEM	30	Estante de aço	5363764	601268		Unidade	10	400	R\$_____
ITEM	31	Longarina	5440254	630803		Unidade	5	90	R\$_____
ITEM	32	Mesa para cadeirante	5648866	612558		Unidade	1	4	R\$_____
	33	Mesa reta	5572746	631951		Unidade	1	10	R\$_____

GRUPO 3	34	Mesa reta	6431704	625232		Unidade	1	8	R\$____
	35	Mesa de centro	5125022	603573		Unidade	1	7	R\$____
	36	Mesa de reunião oval	6450903	437104		Unidade	1	7	R\$____
	37	Mesa de reunião redonda	6450920	611831		Unidade	1	15	R\$____
	38	Mesa de reunião retangular	6122094	631951		Unidade	1	6	R\$____
	39	Mesa em "L" 1,20	6238793	460955		Unidade	2	40	R\$____
	40	Mesa em "L" 1,40	6517374	613255		Unidade	2	90	R\$____
	41	Mesa em "L" 2,00	5572711	631951		Unidade	2	10	R\$____
GRUPO 4	42	Poltrona	6470890	621484		Unidade	1	12	R\$____
	43	Sofá	6450164	627152		Unidade	1	7	R\$____

Fornecedor _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)									
Equipamentos médicos e de triagem (itens e grupo)									
ITEM/GRUPO	Item	Especificação	Código Siafísico	Código Compras	Marca	Unidade de fornecimento	Requisição mínima a ser contratada	Requisição máxima a ser contratada	Valor unitário estimado
ITEM	44	Biombo hospitalar	2061740	405841		Unidade	1	7	R\$____
ITEM	45	Cadeira oftalmológica	5677831	405850		Unidade	1	4	R\$____
ITEM	46	Lâmpada de fenda	5073979	394467		Unidade	1	4	R\$____
GRUPO 5	47	Mocho com encosto	6233635	427290		Unidade	1	4	R\$____
	48	Mocho sem encosto	5948312	415993		Unidade	1	4	R\$____
ITEM	49	Otoscópio	4458249	337174		Unidade	1	7	R\$____
ITEM	50	Sistema para teste de acuidade visual	5791456	394473		Unidade	1	4	R\$____
ITEM	51	Lente de volk	6150535	623492		Unidade	1	4	R\$____

Fornecedor _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)									
Climatização e ventilação (itens e grupos)									
ITEM /GRUPO	Item	Especificação	Código Siafísico	Código Compras	Marca	Unidade de fornecimento	Requisição mínima a ser contratada	Requisição máxima a ser contratada	Valor unitário estimado
GRUPO 6	52	Ar-condicionado 12.000 BTU/h	6484972	605368		Unidade	2	22	R\$____
	53	Ar-condicionado 18.000 BTU/h	6163939	458222		Unidade	1	10	R\$____
	54	Ar-condicionado 24.000 BTU/h	6163955	605381		Unidade	2	10	R\$____
	55	Ar-condicionado 24.000 BTU/h	6163955	605381		Unidade	2	25	R\$____
	56	Ar-condicionado 40.000 BTU/h	6075720	603722		Unidade	2	15	R\$____
ITEM	57	Ar-condicionado portátil	5519551	407629		Unidade	1	5	R\$____
ITEM	58	Exaustor	5257514	367657		Unidade	2	9	R\$____
ITEM	59	Ventilador de coluna	6072038	470674		Unidade	1	10	R\$____

Fornecedor _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)									
Logística e movimentação (grupo)									
GRUPO	Item	Especificação	Código Siafísico	Código Compras	Marca	Unidade de fornecimento	Requisição mínima a ser contratada	Requisição máxima a ser contratada	Valor unitário estimado
Gupo 8	60	Carro de transporte de documento	5047633	211215		Unidade	1	7	R\$ _____
	61	Carro de transporte plataforma fechado em tela	6447937	373828		Unidade	1	4	R\$ _____

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL , por sua DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO.

3.2. Além do órgão ou entidade gerenciadora, não há órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência desta ata de registro de preços, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à ata na condição de não participantes, observados os limites e regras estabelecidos neste instrumento, bem como os seguintes requisitos:

- apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da [Lei nº 14.133, de 2021](#); e
- consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.1.1. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.1.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.1.2. Após a autorização do órgão ou entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.1.3. O prazo para efetivar a contratação de que trata a subdivisão acima poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante aceita pelo órgão ou entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.1.4. O órgão ou entidade integrante da ata de registro de preços poderá aderir, na qualidade de não participante, a item(ns) para o(s) qual(is) não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos das subdivisões deste item 4.

4.1.5. É da competência do respectivo órgão ou entidade que tenha aderido à ata na condição de não participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação à sua própria contratação, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.

Dos limites para as adesões

4.1.6. As contratações adicionais decorrentes das adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os participantes.

4.1.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data da assinatura , podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.

5.5. O registro de fornecedores que esteja incluído nesta ata na forma de anexo - ao se verificar a existência de fornecedor(es) que tenha(m) aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário ou que tenha(m) mantido sua proposta original - consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A fase de apresentação de CATÁLOGO/MANUAL que é exigida na documentação que integra o instrumento convocatório, quando houver e a habilitação do(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva na hipótese a que se refere o item 5.5, será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação do(s) fornecedor(es) remanescente(s), por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.8.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que tenham aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:

5.8.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que tenham mantido sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.8.1.2. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto nas subdivisões deste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

5.10. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do *caput* do art. 82 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), quando for o caso.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja(m) realizado(s) reajustamento(s) dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajustamento dos preços desta ata anterior à celebração da referida contratação. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

Vedação a acréscimo de quantitativos

6.3. É vedado:

a) efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 9.1.3.

7.1.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

- a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;
- b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:

- a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea “b” do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.

7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

- a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;
- b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou
- d) for apenado com sanção prevista no inciso III do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do *caput* do mesmo artigo.

9.1.1. Na hipótese a que alude a alínea “d” da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.

9.1.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados,

não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a assinatura Termo de Contrato aos itens 52 a 61 e Nota de Empenho acompanhada de Autorização de Fornecimento aos demais itens, cuja minutas integram como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo fornecedor anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 ou na documentação que o integra como Anexo;

11.3. O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato aos itens 25 a 32 e mesmo prazo para retirada da Nota de Empenho e assinatura da Autorização de Fornecimento aos demais itens, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3.1. O contrato e a Autorização de Fornecimento serão assinados com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

11.3.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.3.3. O não comparecimento do fornecedor para retirar a Nota de Empenho e assinatura da Autorização de Fornecimento ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

11.3.3.1. A retirada da Nota de Empenho e assinatura da Autorização de Fornecimento ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo fornecedor:

11.3.3.2. de que referida Nota e Autorização de Fornecimento estão substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

11.3.3.3. de que está vinculado às previsões contidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e seus Anexos e à sua proposta;

11.3.3.4. de que se aplicam às omissões as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da [Lei nº 8.078, de 1990](#), e princípios gerais dos contratos;

11.3.3.5. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

11.3.3.6. dos direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

11.3.3.7. de que as condições de habilitação e contratação consignadas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

11.3.3.8. de que serão observados a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), e as vedações constantes do [Decreto estadual nº 68.829, de 2024](#), e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.4. Será considerado celebrado o Contrato e assinatura da Autorização de Fornecimento, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

11.5. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada digitalmente, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo(as) representante(s) do(s) fornecedor(es) registrado(s), e por testemunhas, todos abaixo identificados.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão ou entidade gerenciadora

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO I

CADASTRO DE RESERVA

OBSERVADA A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, NESTE CAMPO SERÃO RELACIONADOS OS FORNECEDORES QUE ACEITARAM COTAR OS ITENS PELOS MESMOS PREÇOS DO ADJUDICATÁRIO, BEM COMO AQUELES QUE MANTIVERAM SUAS PROPOSTAS ORIGINAIS, CONFORME OS ITENS, QUANTIDADES, UNIDADES E VALORES CONSTANTES DO ITEM 2.1 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Reis Queiroga de França, Coordenadora**, em 16/03/2026, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0094380279** e o código CRC **4D12B7EF**.



**Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Divisão de Licitações**

MINUTA

ANEXO VI

DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do **Pregão Eletrônico nº 90002/2026**, referente ao **Processo SEI nº 018.00013181/2025-48**, objetivando o Registro de Preços para contratações futuras de materiais permanentes diversos e mobiliários, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da [Constituição Estadual](#); e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Reis Queiroga de França, Coordenadora**, em 16/03/2026, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) , informando o código verificador **0094380470** e o código CRC **6D4AEF4C**.
